

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RIO VERDE - GO

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2006

PROPÓSITO ESPECÍFICO

O presente Relatório tem como objetivo demonstrar a gestão administrativa do exercício de 2006, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde, criado por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, publicado no DOU de 17.12.2002.

1. DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde – CEFET Rio Verde – GO, CNPJ N.º 74.039.6030001-33, natureza jurídica 101-5 – PODER EXECUTIVO FEDERAL, localizado na Rodovia Sul Goiana, km 01 – CEP: 759001-970, em Rio Verde Goiás, PABX N.º (64)3620-5600, FACSÍMILE: (64) 3620-5640, site: <http://www.cefetrv.edu.br>, UG- 26325, UASG: 153224, foi criado mediante transformação da Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde, nos termos dos Decretos N.º 62.178, de 25 de fevereiro de 1968; N.º 83.935, de 04 de setembro de 1979; da Lei N.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994 e do Decreto de 17 de dezembro de 2002, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, terá o seu funcionamento regulado pelo estatuto aprovado pela portaria ministerial N.º 1984, de 18 de dezembro de 2006 publicada no DOU de 19 de dezembro de 2006 as páginas 29 a 31, seção 1.

O CEFET Rio Verde – GO é uma instituição especializada na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com atuação prioritária na área tecnológica.

O CEFET Rio Verde – GO rege-se pela legislação federal pertinente, por seu Estatuto, pelo Regimento Interno, pelas

Deliberações do Conselho Diretor e pelos atos próprios do Diretor-Geral.

O CEFET Rio Verde – GO está submetido à supervisão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, na forma da legislação em vigor.

O CEFET Rio Verde – GO tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente com os de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

2. DAS CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

O CEFET Rio Verde – GO, observada a finalidade definida no art. 2º, de seu estatuto, tem como características básicas:

- I. oferta de educação tecnológica, levando em conta o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços;
- II. atuação prioritária na área tecnológica, nos diversos setores da economia;
- III. conjugação de teoria e prática no processo de ensino;
- IV. articulação verticalizada e integração da educação tecnológica aos diferentes níveis e modalidades de ensino, ao trabalho, à ciência e à tecnologia;
- V. oferta de ensino superior de graduação e de pós graduação na área tecnológica;
- VI. oferta de formação especializada em todos os níveis de ensino, levando em consideração as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico;
- VII. realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços;

- VIII. desenvolvimento da atividade docente, abrangendo os diferentes níveis e modalidades de ensino, observada a qualificação exigida em cada caso;
- IX. utilização compartilhada dos laboratórios e dos recursos humanos pelos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- X. desenvolvimento do processo educacional que favoreça, de modo permanente, a transformação do conhecimento em bens e serviços, em benefício da sociedade;
- XI. estrutura organizacional flexível, racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos;
- XII. integração das ações educacionais com as expectativas da sociedade e as tendências do setor produtivo.

Verificado o interesse social e as demandas de âmbitos local e regional, poderá o CEFET Rio Verde - GO, mediante autorização do Ministério da Educação, ofertar os cursos previstos no inciso V, fora da área tecnológica.

O CEFET Rio Verde – GO, observadas a finalidade e as características básicas definidas nos art. 2º e 3º, de seu estatuto, tem por objetivos:

- I. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, incluídos a iniciação, o aperfeiçoamento e a atualização, em todos os níveis e modalidades de ensino;
- II. ministrar educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica;
- III. ministrar ensino médio, observada a demanda local e regional e as estratégias de articulação com a educação profissional técnica de nível médio;
- IV. ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia;
- V. ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;

- VI. oferta educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- VII. ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- VIII. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- IX. estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo;
- X. estimular e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional;
- XI. promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada.

3. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ESTATUTÁRIA

O CEFET Rio Verde – GO possui, de acordo com o seu estatuto, a seguinte estrutura básica:

- I. órgão colegiado: Conselho Diretor
- II. órgãos executivos:
 - a) Diretoria-Geral;
 - b) Diretorias Sistêmicas
 - 1. Diretoria de Administração e Planejamento;
 - 2. Diretoria de Ensino Médio e Técnico;
 - 3. Diretoria de Graduação e Pós Graduação;
 - 4. Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção;
 - 5. Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias.
- III. Órgãos de controle: Auditoria Interna.

A administração superior do CEFET Rio Verde – GO terá como órgão executivo a Diretoria-Geral, dirigida pelo Diretor geral e contará, com órgão deliberativo e consultivo, o Conselho Diretor.

4. GESTÃO

4.1 OBJETIVOS E METAS

O quadro abaixo demonstra o comportamento da execução dos programas de governo, conforme a Lei Orçamentária Anual – LOA ano 2006.

Três foram os programas de governo executados no exercício a que estas contas se referem, a saber:

1. Programa 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO.

Este programa como o próprio nome indica atendeu na íntegra os pagamentos a ele vinculados

2. Programa 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

Este programa atendeu a todos os seus servidores e seus dependentes, com ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR, AUXÍLIO TRANSPORTES, AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO.

3. Programa 1062 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.

Neste programa foram desenvolvidas as seguintes atividades:

3.1 Atividade 2992 – FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

Ao longo do exercício de 2006, essa atividade atendeu a 2470 ao longo do ano nos seguintes cursos:

3.1.1 TÉCNICOS: Alimentos, Administração, Agropecuária, Contabilidade, Cooperativismo, Comércio, Secretariado, Zootecnia e Agropecuária-EAD.

3.1.2 **TECNOLOGÍCOS:** Tecnólogo em Produção de Grãos, Tecnólogo em Gestão de Agronegócios e Tecnólogo em Produção Animal.

3.2 Atividade **2994 – ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.**

Esta atividade teve como beneficiários 135 alunos residentes e semi-residentes, atendendo-os com alimentação, moradia, e assistência médico-odontológica.

O custeio desse atendimento foi feito com recursos da fonte 250 - Receitas Diretamente Arrecadadas.

3.3 Atividade **6358 – CAPACITAÇÃO DE DOCENTES.**

A capacitação de docentes atingiu apenas 85% da meta física programada, em virtude da insuficiência dos recursos financeiros que foram integralmente aplicados.

3.4 Atividade **6374 – MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.**

Nessa atividade foram adquiridos equipamentos diversos para reposição e atualização dos existentes nesta instituição.

4.1.1 METAS FINANCEIRAS

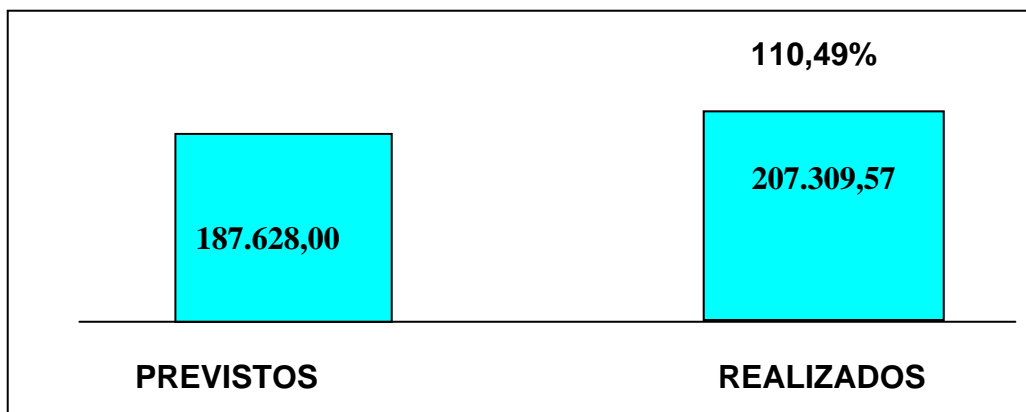
4.1.1.1 Recursos Orçamentários

ITEM	PROGRAMA	CRÉDITOS		
		AUTORIZADOS	UTILIZADOS	% EXECUTADO
01	12.306.0750.2012	211.680,00	211.680,00	100,00
02	12.331.0750.2011	42.640,00	42.640,00	100,00
03	12.365.0750.2010	38.074,00	38.074,00	100,00
04	12.363.1062.2992	8.802.503,00	6.618.244,84	75,18
05	12.363.1062.2994	129.180,00	110.315,43	85,39
06	12.363.1062.6374	84.479,00	82.996,93	98,24
07	09.272.0089.0181	2.568.137,00	2.423.388,00	94,36
08	12.122.1062.09HB	1.244.263,00	961.516,64	77,27
09	12.363.1062.6358	41.579,00	41.579,00	100,00
TOTAL		13.162.535,00	10.530.434,84	

Observação: No programa 12.122.1062.09HB.0001 há um saldo no 2006NE000022 inscrito na conta 2.9.5.1.0.00.00 – (Restos a Pagar a Liquidar)

a ser anulado no valor de R\$ 615.009,36, já deduzido nos créditos utilizados acima, porém incluídos, como despesa no Balanço Financeiro.

4.1.1.2 – RECURSOS NÃO FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS - FR 250



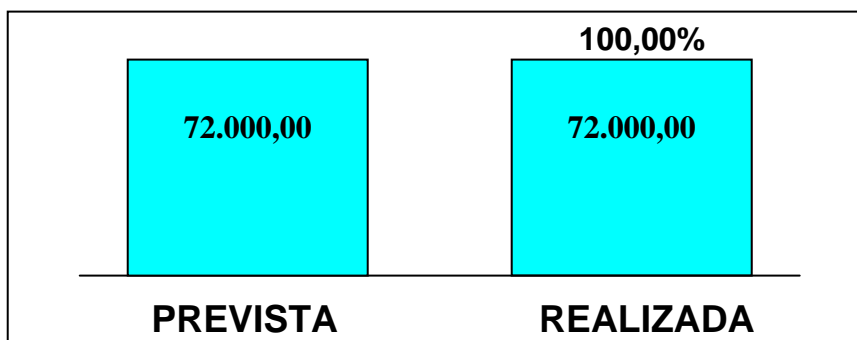
Fonte: SIAFI

NATUREZA DA RECEITA:

13150000 – Taxa de Ocupação de imóveis.....R\$ 11.662,56
 14100000 – Receita de produção Vegetal.....R\$ 9.379,51
 14200000 – Receita de Produção Animal e Derivados..R\$ 63.251,87
 16001300 – Serviços Administrativos.....R\$ 18.998,13
 16001600 _ Serviços Educacionais.....R\$ 104.017,50

TOTAL.....R\$ 207.309,57

RECEITA DE CONVÊNIO DE PARCERIA COM INSTITUIÇÃO PRIVADA – FR 281



Fonte: SIAFI

4.1.1.3 RECURSOS DE DESCENTRALIZAÇÕES E CONVÊNIOS

ITEM	PROGRAMA	CRÉDITOS			
		AUTORIZADOS	UTILIZADOS	DEVOLVIDOS	% EXECUTADO
01	12.122.1067.2272	1.404,04	1.388,98	15,06	98,93
02	12.363.1062.6380	204.175,04	197.103,82	7.071,22	96,54
03	12.363.1062.8383	76.000,00	64.369,72	11.630,28	84,70
04	12.363.1062.7109	366.356,55	260.001,04	106.355,51	70,97
05	12.364.1375.0487	4.700,00	4.700,00	0,00	100,00
06	12.363.1062.2C17	99.9999,00	99.999,00	0,00	100,00
TOTAL		752.634,56	627.562,56	125.072,07	

Fonte: SIAFI

Observação:

- 01 – Gestão e Administração do Programa - Nacional
- 02 – Fomentos ao Desenvolvimento da Educação Profissional - Nacional
- 03 – Ampliação dos Alojamentos das Escolas Agrotécnicas Federais e CEFETs - Nacional
- 04 – Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional.
– PROEP - Nacional
- 05 – Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no País - Nacional
- 06 – Fomentos ao Desenvolvimento da Educação Profissional (Crédito Extraordinário) - Nacional
- 07 – As metas físicas foram atingidas totalmente, exceção das relativas ao Convênio N°. 133/98 – PROEP, que por ausência de proposta no processo licitatório, alguns equipamentos não foram adquiridos.

4.1.2 METAS FÍSICAS

ITEM	PROGRAMA / ATIVIDADE	METAS FÍSICAS			
		UNID.	PREVISTA	REALIZADA	% ALCANÇADA
01	12.363.1062.6358	Docente Capacitado	20	17	85,00
02	12.363.1062.2992	Aluno Matriculado	2.251	2470	109,73
03	12.363.1062.2994	Aluno Assistido	135	135	100,00
04	12.363.1062.6374	Unidade	01	01	100,00
05	12.306.0750.2012	Servidor Beneficiado	129	144	111,63
06	12.331.0750.2011	Servidor Beneficiado	71	53	74,65
07	12.365.0750.2010	Criança Atendida	42	36	85,72
08	09.272.0089.0181	Pessoa Beneficiada	56	58	103,58

Comentários:

1. Os recursos alocados para capacitação de docentes (Programa/Atividade 12.363.1062.6358), só nos permitiram atingir 85% na programação física, ou seja 17 docentes.
2. Todos os servidores que requereram auxílio transporte e pré-escolar (Programas/Atividades 12.331.0750.2011 e 12.365.0750.2010, respectivamente), foram atendidas, embora não se tenha atingido a previsão.
3. As demais metas foram integralmente cumpridas, algumas até em percentuais acima dos previstos.

4.2. RESULTADO DOS PROJETOS AGROPECUÁRIOS

RELATÓRIO GERAL DOS RESULTADOS DOS PROJETOS AGROPECUÁRIOS DE 2006

item	Projetos	Un	Previsão de produção o ¹	Produção realizada	Previsão de receita	Receita realizada ²	Observações:
1	Alface	kg	7.200	7.580 261	3.600,00	11.422,32 82,55	> novamente foi reduzida a produção, de alguns itens, para atender as novas necessidades do refeitório; por outro lado, houve uma queda de produção de repolho e beterraba, devido ao severo ataque de pombos às mudas. As fortes chuvas combinadas com "tombamento" reduziram a produção de cenoura. Para resolver os problemas, solicitamos novas metas de consumos do refeitório, utilizaremos variedades resistentes às doenças e vamos instalar um sistema eficiente de proteção contra os pombos
2	Beterraba	kg	1.200	897 16	480,00	1.223,44 4,96	
3	Cenoura	kg	1.200	725 42	480,00	1.047,64 13,02	
4	Couve	Mç	400	388 2	120,00	504,32 1,00	
5	Repolho	kg	800	873 3	320,00	1.031,12 1,25	
6	Salsa	Mç	560	645	168,00	903,00	
7	Frango de corte	kg	16.000	7.990 3.512	25.600,00	13.327,75 6.467,27	>foi reduzida a aquisição de pintinhos de 12.000 para 9.000.
8	Ovos	Dz.	7.500	754 5.837	10.000,00	1.396,60 8.072,14	>as gaiolas são muito velhas; houve muitos óbitos; as galinhas foram retiradas das gaiolas no início de dezembro; etc. >houve sensível queda do preço no mercado; >para evitar perdas solicitaremos a aquisição de novas gaiolas com sistemas de alimentação mais eficientes.
9	Leite	Litro	75.000	8.087 71.464	37.500,00	6.024,38 28.694,85	>Queda do preço do leite.

10	Carne suína	kg	30.848	8.232	71.462,00	21.042,44	>óbitos de matrizes; >Devido a contenção de gastos exigida pelo CEFET, descartamos matrizes para redução do plantel; etc.;
						34.744,35	
11	Carne bovina	kg	3.255	4.780	11.287,00	11.765,26	
				2.430		5.949,00	
12	Limão Taiti	kg	5.200		1.300,00		>Muita perda devido a furtos constantes; >Ataque severo de doença sem controle químico; >Para resolver vamos eliminar as plantas com sintomas, substituí-las e utilizar produtos mais eficientes no controle e reforçar a vigilância.
				3.372		846,52	
refeitório+agroindústria						69.688,27	
comércio						93.439,24	
						162317,00	163.127,51

1- Previsões feitas em 2005.

2-Valores somados economato+agroindústria (fornecidos pelo almoxarifado).

relatórios de comercialização (fornecidos pela COETAGRI + CGPP).

**OUTROS PRODUTOS
COMERCIALIZADOS:**

14	Poedeiras Descartes	unid		60		351,00	Faltam 364 poedeiras descartadas, mas que foram vendidas em janeiro de 2007.
15	abóbora	kg		14		4,34	
16	Quiabo	kg		133		227,35	
13	Soja	kg		20.971		8.562,33	Produto comercializado em 2006 mas que originalmente faria parte da receita do projeto de 2004.
17	Polpa de maracujá	unid		14		8,40	
						8.802,42	

As informações sobre projetos acima são do Coordenador Geral de Produção e Pesquisa

4.3. INDICADORES DE GESTÃO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RIO VERDE/GO - EPT DETERMINADOS NO ACÓRDÃO 2.267/2005 –TCU

1. - RELAÇÃO CANDIDATO / VAGA

1.1. Definição:

Descreve a preferência de candidatos para cada curso, por semestre e por turno, em relação à quantidade de oferta de vagas e a quantidade de interessados inscritos no Vestibular (para cursos superiores) e Exame de Seleção (para cursos técnicos).

1.2 - Tipo de Indicador – Indicador de efetividade

1.3 - Método de Cálculo:

$$\text{Relação Candidato/Vaga} = \frac{\text{Inscrições}}{\text{Vaga}}$$

Tabela I - Relação Candidato / Vaga no Vestibular p/ Cursos Superiores no ano de 2006.

DESCRIÇÃO DO CURSO	Inscrições			Vagas			RELAÇÃO
	1º Sem	2º Sem	Total	1º Sem	2º Sem	Total	
Tecnólogo em Produção de Grãos	177	0	177	40	0	40	4,4
Tecnólogo em Gestão do Agronegócio	557	0	557	40	0	40	13,9
Tecnólogo em Produção Animal	10	109	109	0	40	40	2,7
Totais	734	109	843	80	40	120	

Análise Tabela I – Ao final de 2005, o CEFET Rio Verde realizou o Vestibular para o curso de Tecnologia em Produção de Grãos, já existente, e para mais dois novos cursos: Tecnologia em Gestão do Agronegócio e em Produção Animal. A procura de candidatos para todos os cursos pode ser considerada satisfatória. A relação candidato/vaga para Produção de Grãos foi praticamente igual ao do ano anterior que fora de 4,83 e neste foi de 4,4. Em Gestão do Agronegócio a relação foi muito boa, de 13,9 e em Produção Animal foi de 2,7, considerada pouca expressiva. No caso de Produção Animal, no decorrer de 2006, foi realizado um novo estudo de reformulação do curso e, após consulta a SETEC, optamos em transformá-lo em Bacharelado em Zootecnia. Com a mudança e maior empenho no processo de divulgação, a procura aumentou de forma expressiva, para o Vestibular 2007, o quê demonstraremos no próximo relatório.

Tabela II - Relação Candidato / Vaga no Exame de Seleção p/ Cursos Técnicos no ano de 2006.

DESCRIÇÃO DO CURSO	Inscrições			Vagas			RELAÇÃO
	1º Sem	2º Sem	Total	1º Sem	2º Sem	Total	
Técnico em Alimentos	211	176	387	44	44	88	4,4
Técnico em Administração	311	240	551	80	80	160	3,4
Técnico em Agropecuária	194	116	310	80	80	160	1,9
Técnico em Informática	90	83	173	25	25	50	3,5
Técnico em Contabilidade	131	99	230	40	40	80	2,9
Técnico em Cooperativismo	33	0	33	40	0	40	0,8

Técnico em Comércio	69	67	136	40	40	80	1,7
Técnico em Secretariado	68	70	138	40	40	80	1,7
Técnico em Zootecnia	37	28	65	40	40	80	0,8
PROEJA	0	47	47	0	80	80	0,6
Técnico em Agropecuária - EAD	108	0	108	108	0	108	1,0
Totais	1252	926	2178	537	469	1006	

Análise Tabela II – No geral, podem ser consideradas satisfatórias as relações candidato/vaga para os cursos técnicos em 2006. Sempre a procura é maior no exame de seleção para o 1º Semestre em comparação com o 2º Semestre. Entretanto, para os cursos de Cooperativismo e Zootecnia a situação é de fato preocupante, reforçando a tendência do ano anterior (2005). Apesar das medidas anunciadas no relatório de 2005, para esses cursos, não houve modificação no quadro. Porém, acreditamos ser prudente continuar ministrando os cursos ainda em 2007. Caso, ainda para o 2º Semestre de 2007, essas procuras forem inexpressivas, o CEFET poderá e estudará a exclusão dos cursos para 2008. No caso do PROEJA, vale ressaltar que foi um projeto implantado em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, já bem no final de 2005, tempo insuficiente para uma boa divulgação e, também, contemplou alunos cadastrados para apenas duas escolas estaduais próximas do CEFET. Em 2006, foi tomada a decisão de se aceitar alunos do PROEJA em geral. Acredita-se que com essa medida a vagas ofertadas serão todas ocupadas.

1 - RELAÇÃO DE INGRESSOS/ALUNOS

2.1 - Definição:

Descreve a relação entre ingressos de cada curso e os alunos matriculados no ano.

2.2 - Tipo de Indicador – Indicador de efetividade

2.3 - Método de Cálculo:

$$\text{Relação: } \frac{\text{Ingressos}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$$

Tabela III - Relação Ingressos/Alunos Matriculados no Vestibular p/ Cursos Superiores no ano de 2006.

DESCRIÇÃO DO CURSO	ALUNOS MATRICULADOS			ALUNOS INGRESSOS			%
	1º Sem	2º Sem	Total	1º Sem	2º Sem	Total	
Tecnólogo em Produção de Grãos	109	87	196	40	0	40	20,4
Tecnólogo em Gestão do Agronegócio	40	36	76	40	0	40	52,6
Tecnólogo em Produção Animal	0	40	40	0	40	40	100,0
Totais	149	163	312	80	40	120	

Análise Tabela III – Como os cursos superiores são recentes no CEFET, as respectivas relações de ingressos/alunos aparecem com valores elevados. O caso de Produção de Grãos essa relação já se

encontra no nível desejável, pois, essa seria meta para cursos com três e/ou quatro anos de duração, em torno de 20% a 25%.

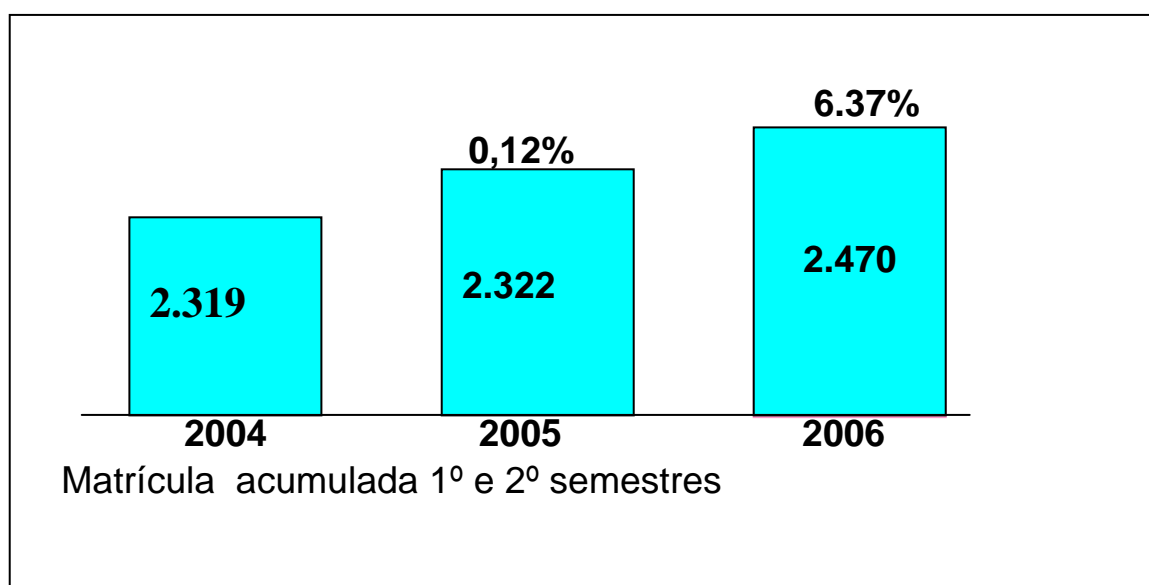
Tabela IV - Relação Ingressos/Alunos Matriculados no Exame de Seleção p/ Cursos Técnicos no ano de 2006.

DESCRIÇÃO DO CURSO	ALUNOS MATRICULADOS			ALUNOS INGRESSOS			%
	1º Sem	2º Sem	Total	1º Sem	2º Sem	Total	
Técnico em Alimentos	110	108	218	44	44	88	40,4
Técnico em Administração	199	195	394	80	80	160	40,6
Técnico em Agropecuária	233	257	490	80	80	160	32,7
Técnico em Informática	60	65	125	25	25	50	40,0
Técnico em Contabilidade	100	94	194	40	40	80	41,2
Técnico em Cooperativismo	44	12	56	40	0	40	71,4
Técnico em Comércio	97	92	189	40	40	80	42,3
Técnico em Secretariado	97	95	192	40	40	80	41,7
Técnico em Zootecnia	62	83	145	40	40	80	55,2
PROEJA	0	47	47	0	47	47	100,0
Técnico em Agropecuária – EAD	108	0	108	108	0	108	100,0
Totais	1110	1048	2158	537	436	973	

Análise Tabela IV – Para os cursos técnicos, o CEFET tem estabelecido a meta de 33% para a relação ingressos/alunos. Comparada com o ano de 2005, essa meta em 2006 foi bem melhor. Entretanto, apenas o curso Técnico em Agropecuária ficou ligeiramente abaixo da meta, com 32,7,

mas, todos os outros cursos melhoraram consideravelmente, variando de 40,4 para o de Alimentos a 71,4 para o de Cooperativismo. O alto índice do curso de Cooperativismo foi em decorrência da entrada de apenas uma turma por ano. No caso do PROEJA o índice é de 100% pois foi a primeira turma matriculada.

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA



Fonte: Seção de Registros Escolares

3. RELAÇÃO DE CONCLUÍNTES/ALUNOS

3.1 - Definição:

Quantificar a taxa existente entre os concluintes e os alunos matriculados.

3.2 - Tipo de Indicador – Indicador de eficácia

3.3 - Método de Cálculo:

Relação: $\frac{\text{Número de Concluintes p/ período}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$

Alunos Matriculados

Tabela V) Relação Alunos Concluintes/Alunos Matriculados p/ Cursos Superiores no ano de 2006.

DESCRIÇÃO DO CURSO	ALUNOS MATRICULADOS			CONCLUINTES			%
	1º Sem	2º Sem	Total	1º Sem	2º Sem	Total	
Tecnólogo em Produção de Grãos	109	87	196	0	13	13	6,6
Tecnólogo em Gestão do Agronegócio	40	36	76	0	0	0	-
Tecnólogo em Produção Animal	0	40	40	0	0	0	-
Totais	149	163	312	0	13	13	

Análise Tabela V – Dos cursos superiores, o único que formou alunos foi o de Produção de Grãos. O ideal seria obter essa relação Alunos Concluintes / Alunos Matriculados, próximo do valor meta da relação ingressos/alunos, isto é, em torno de 20%. O valor de 6,6% pode ser considerado baixo, mas, vale lembrar, que muitos alunos não concluíram o curso no tempo previsto, por falta de apresentarem o trabalho final de conclusão do mesmo, ou estão devendo uma ou mais disciplinas. O CEFET em 2007 pretende melhorar os mecanismos de acompanhamento dos cursos superiores, disciplinar melhor e dar mais apoio aos alunos quanto ao trabalho de conclusão do curso, além de outras medidas de melhorias na ministração das disciplinas.

Tabela VI - Relação Alunos Concluintes/Alunos Matriculados no Exame de Seleção p/ Cursos Técnicos no ano de 2006.

DESCRIÇÃO DO CURSO	ALUNOS MATRICULADOS			CONCLUINTES			%
	1º Sem	2º Sem	Total	1º Sem	2º Sem	Total	
Técnico em Alimentos	110	108	218	21	16	37	17,0
Técnico em Administração	199	195	394	47	44	91	23,1
Técnico em Agropecuária	233	257	490	57	72	129	26,3
Técnico em Informática	60	65	125	11	15	26	20,8
Técnico em Contabilidade	100	94	194	19	24	43	22,2
Técnico em Cooperativismo	44	12	56	16	0	16	28,6
Técnico em Comércio	97	92	189	25	21	46	24,3
Técnico em Secretariado	97	95	192	21	21	42	21,9
Técnico em Zootecnia	62	83	145	20	15	35	24,1
PROEJA	0	47	47	0	0	0	-
Técnico em Agricultura – EAD	108	0	108	33	39	72	66,7
Totais	1110	1048	2158	270	267	537	

Análise Tabela VI – A meta de relação, concluintes /alunos matriculados, estabelecida para 2005, de 33,3%, que seria a ideal, pode ser revista sem prejuízo desse indicador. Portanto, esse DDE, passou a meta para 25% a partir de 2006. Os dados da Tabela VI indicam a

relações de 2006 variando entre 17% a 28,6%. O valor mais baixo de 17% para o curso de Alimentos indica que precisamos incrementar medidas para melhor desempenho. Os alunos desse curso, na sua grande maioria, já são trabalhadores e estudam no período noturno. Medidas de melhor assistência aos alunos no desempenho das disciplinas, na orientação inicial sobre as dificuldades do curso, aulas de reforço, serão adotadas e melhoradas em 2008. A relação para o Técnico em Agricultura – EAD – de 66,7% foge a regra, pois trata-se de um curso semi-presencial e o aluno o conclui na época que melhor lhe convier, desde que cumprida as formalidades do curso.

4. ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA/CONCLUINTES

4.1 - Definição:

Quantificar a eficiência do CEFET Rio Verde

4.2 - Tipo de Indicador – Indicador de eficiência

4.3 - Método de Cálculo:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Somatória do N}^{\circ} \text{ de Concluintes}}{\text{Somatória do N}^{\circ} \text{ de Ingressos Ocorridos p/ Período equivalente}} \times 100$$

Tabela VII - Índice de Alunos Concluintes/Alunos Ingressos no Vestibular p/ Cursos Superiores no ano de 2006.

DESCRIÇÃO DO CURSO	ALUNOS INGRESSOS			CONCLUINTES			%
	1º Sem	2º Sem	Total	1º Sem	2º Sem	Total	
Tecnólogo em Produção de Grãos	40	0	40	0	13	13	32,5
Tecnólogo em Gestão do Agronegócio	40	0	40	0	0	0	-
Tecnólogo em Produção Animal	0	40	40	0	0	0	-
Totais	80	40	120	0	13	13	

Análise Tabela VII – A meta de 75% para essa relação, estabelecida em 2005, deve ser revista. Passamos a trabalhar em 2006 com a meta de 50% para os cursos superiores. No entanto, o resultado foi de 32,5% para o curso superior de Tecnologia em Produção de Grãos. Mesmo considerando os índices de trancamento de matrícula e de reprovação apresentados na Tabela IX, que afeta diretamente a relação em análise, admitimos que esse desempenho foi insatisfatório. Com certeza, o quantitativo de alunos que não concluíram o trabalho final de curso colaborou para esse baixo valor de 32,5%. As medidas que deverão ser adotadas, a partir de 2007, serão: diminuir o trancamento de matrícula, reduzir os índices de reprovação, aperfeiçoar os trabalhos de conclusão de curso dentro do último semestre.

Tabela VIII - Índice de Alunos Concluintes/Alunos Ingressos no Exame de Seleção p/ Cursos Técnicos no ano de 2006.

DESCRIÇÃO DO CURSO	ALUNOS INGRESSOS			CONCLUINTES			%
	1º Sem	2º Sem	Total	1º Sem	2º Sem	Total	
Técnico em Alimentos	44	44	88	21	16	37	42,0

Técnico em Administração	80	80	160	47	44	91	56,9
Técnico em Agropecuária	80	80	160	57	72	129	80,6
Técnico em Informática	25	25	50	11	15	26	52,0
Técnico em Contabilidade	40	40	80	19	24	43	53,8
Técnico em Cooperativismo	33	0	33	16	0	16	48,5
Técnico em Comércio	40	40	80	25	21	46	57,5
Técnico em Secretariado	40	40	80	21	21	42	52,5
Técnico em Zootecnia	40	40	80	20	15	35	43,8
PROEJA	0	47	47	0	0	0	-
Técnico em Agricultura - EAD	108	0	108	0	39	39	36,1
Totais	530	436	966	237	267	504	

Análise Tabela VIII – No caso dos cursos técnicos, optamos por manter a meta de 75% para esse indicador, apesar de considerarmos elevada. Tal decisão encontra respaldo nos dados apresentados pelo curso técnico em Agropecuária que superou a meta, atingindo o índice de 80,6%. A maioria dos outros cursos superou o valor de 50%, portanto, com maior empenho é possível obtermos melhores resultados nos próximos anos. Os índices de 42% para o curso de Alimentos e de 43,8% para o curso de Zootecnia comprovam, mais uma vez, que são cursos que precisam ser melhores trabalhados, como já apontamos em análises anteriores.

5. ÍNDICE DE RETENÇÃO ESCOLAR

5.1 - Definição:

Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos.

5.2 - Tipo de Indicador – Indicador de eficiência

5.3 - Método de Cálculo:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Nº. Alunos Retidos (Reprovação + Trancamento)}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$$

Tabela IX - Índice de Alunos Retidos/Alunos Matriculados no Vestibular p/ Cursos Superiores no ano de 2006.

DESCRIÇÃO DO CURSO	Total	Total	Total	ÍNDICE
	Alunos Matriculados	Trancamento	Reprovado	RETENÇÃO
Tecnólogo Produção de Grãos	196	6	5	5,6
Tecnólogo Gestão do Agronegócio	76	1	0	1,3
Tecnólogo Produção Animal	40	0	3	7,5
Totais	312	7	8	

Tabela X - Índice de Alunos Retidos/Alunos Matriculados no Exame de Seleção p/ Cursos Técnicos no ano de 2006.

DESCRIÇÃO DO CURSO	Total	Total	Total	ÍNDICE
	Alunos Matriculados	Trancamento	Reprovado	RETENÇÃO
Técnico em Alimentos	218	8	10	8,3
Técnico em Administração	394	9	3	3,0

Técnico em Agropecuária	490	16	13	5,9
Técnico em Informática	125	6	9	12,0
Técnico em Contabilidade	194	3	7	5,2
Técnico em Cooperativismo	56	3	4	12,5
Técnico em Comércio	189	9	5	7,4
Técnico em Secretariado	192	7	3	5,2
Técnico em Zootecnia	145	9	4	9,0
PROEJA	47	0	0	0,0
Técnico em Agricultura - EAD	108	0	0	0,0
Totais	2158	70	58	

Análise Tabela IX e X – A meta de 12% para esse índice, estabelecida em 2005, continua sendo mantida no CEFET. No geral, em 2006, houve uma razoável melhoria nesse parâmetro em comparação com 2005. Apenas nos cursos técnicos de Informática (12%) e de Cooperativismo (12,5%), os valores ficaram no limiar máximo da meta. As medidas adotadas em 2006 devem ter surtido efeitos positivos. Entretanto, vamos continuar com medidas que estimulem os alunos a permanecerem estudando como: melhorar flexibilidade de horário, aperfeiçoar conteúdos, dinamizar atividades escolares mais diversificadas, atender solicitações pertinentes dos alunos.

6. ÍNDICE DA RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL

6.1 - Definição:

Quantificar o N^o. de alunos por docente em tempo integral.

6.2 - Tipo de Indicador – Indicador de eficiência

6.3 - Método de Cálculo:

Relação: $\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de Alunos Matriculados}}{\text{N}^{\circ} \text{ de Docentes}}$

Nº. de Docentes

Tabela XI - Índice de Alunos Matriculados/Docentes – Tempo Integral no Vestibular p/ Cursos Superiores no ano de 2006.

DESCRIÇÃO DO CURSO	ALUNOS MATRICULADOS			DOCENTES			RELAÇÃO
	1º Sem	2º Sem	Total	1º Sem	2º Sem	Total	
Tecnólogo em Produção De Grãos	109	87	196	14	14	28	7/1
Tecnólogo em Gestão do Agronegócio	40	36	76	4	4	8	10/1
Tecnólogo em Produção Animal	0	40	40	0	7	7	6/1
Totais	149	163	312				

Tabela XII - Índice de Alunos Matriculados/Docentes – Tempo Integral no Exame de Seleção p/ Cursos Técnicos no ano de 2006.

DESCRIÇÃO DO CURSO	ALUNOS MATRICULADOS			DOCENTES			RELAÇÃO
	1º Sem	2º Sem	Total	1º Sem	2º Sem	Total	
Técnico em Alimentos	110	108	218	8	10	18	12/1
Técnico em Administração	199	195	394	12	17	29	14/1

Técnico em Agropecuária	233	257	490	10	14	24	20/1
Técnico em Informática	60	65	125	6	9	15	8/1
Técnico em Contabilidade	100	94	194	6	8	14	14/1
Técnico em Cooperativismo	44	12	56	2	2	4	14/1
Técnico em Comércio	97	92	189	8	12	20	9/1
Técnico em Secretariado	97	95	192	8	11	19	10/1
Técnico em Zootecnia	62	83	145	7	8	15	10/1
PROEJA	0	47	47	0	8	8	6/1
Técnico em Agricultura – EAD	108	0	108	5	5	10	11/1
Totais	1110	1048	2158				

Análise Tabelas XI e XII – As relações aluno/docente variaram em 2006 de 6/1 no curso superior de Tecnologia em Produção Animal e 20/1 para o curso técnico em Agropecuária. Em 2006, ocorreu uma mudança substancial, a partir do 2º Semestre, com o número de professores efetivos, com o concurso e contratação de 22 novos professores e ainda a transferência de mais dois docentes efetivos de outra instituição para o CEFET. Por isso, a primeira vista, em comparação com o ano de 2005, as relações aluno/docente foram menores em 2006. A meta, no geral, da relação aluno matriculado/docente, continua sendo mantida em 20/1.

6.4 Quadro de distribuição de docentes no ano de 2006

Tabela XIII - Situação dos Docentes do CEFET Rio Verde no 1º Semestre de 2006

Quantidade de Docentes por Regime de Trabalho
--

EFETIVOS	Substitutos		Convênio	PRESTADOR SERVIÇO	Total
	40 h	20 h			
31	12	5	8	8	64

OBS: Os três professores de convênio com a Secretaria Estadual de Educação atuam apenas nos cursos técnicos e os cinco da COMIGO no curso de Cooperativismo. Os professores chamados Prestador de Serviço são profissionais que atuam isoladamente, quando necessário, em algumas disciplinas e/ou conteúdos específicos dos cursos.

Tabela XIV - Situação dos Docentes do CEFET Rio Verde no 2º Semestre de 2006					
Quantidade de Docentes por Regime de Trabalho					
EFETIVOS	Substitutos		Convênio	PRESTADOR SERVIÇO	Total
	40 h	20 h			
50	8	1	13	9	81

Análise Tabelas XIII e XIV - A mudança no número de professores deu-se em função do Processo de Seleção para professores efetivos, ocorrido em outubro/2006 e encerramento de alguns contratos de professores substitutos como também a contratação de prestadores de serviços para o Curso de Cooperativismo, Secretariado e Contabilidade.

7. ÍNDICE DE TITULAÇÃO DE CORPO DOCENTE

7.1. Definição:

Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente (Efetivos, Substitutos e Temporários).

7.2. Tipo de Indicador – Indicador de eficiência

7.3. Método de Cálculo:

$$\text{Índice} = \frac{\mathbf{G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5}}{\mathbf{G+A+E+M+D}}$$

Onde G = Qt. De Docentes Graduados, A= Qt. De Docentes Aperfeiçoados, E= Qt. De Docentes Especialistas, M = Qt. De Docentes Mestres e D = Qt. De Docentes Doutores.

Tabela XV) Índice de Titulação de Docentes do CEFET Rio Verde no 1º Semestre de 2006.

Titulação	Quantidade	Peso	índice
Graduação	2	1	3,50
Especialização	36	3	
Mestrado	16	4	
Doutorado	10	5	
Total	64		

Tabela XVI) Índice de Titulação de Docentes do CEFET Rio Verde no 2º Semestre de 2006.

Titulação	Quantidade	Peso	índice
Graduação	2	1	3,70
Especialização	37	3	
Mestrado	23	4	
Doutorado	19	5	
Total	81		

Análise Tabela XV e XVI – As tabelas acima indicam uma melhoria muito significativa neste índice. No 1º Semestre, com apenas 31 docentes efetivos (Ver Tabela XIII), quase a totalidade desses docentes efetivos já eram Mestres ou Doutores. No 2º Semestre, com o concurso e a posterior contratação de mais 22 docentes (todos com Mestrado ou Doutorado) o índice modificou, passando de 3,50 para 3,70. Esse resultado indica que a política de apoio do CEFET para a capacitação dos seus docentes está correta e deve ser mantida.

8. GASTOS CORRENTES POR ALUNO

8.3. Definição:

Quantificar os gastos anuais por aluno do CEFET de Rio Verde

8.2. Tipo de Indicador – Indicador de economicidade

8.3. Método de Cálculo:

Indicador =
$$\frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{\text{Média Alunos Matriculados}}$$

Média Alunos Matriculados

Para demonstrar os gastos correntes por aluno, toma-se como base o total de gastos correntes do exercício de 2006 menos as despesas com aposentadorias e pensões, sendo:

Total de Gastos em 2006	R\$ 11.157.997,40
Investimentos	R\$ 509.456,94
Precatórios	R\$ 0,00
Inativos/Pensionistas	R\$ 2.423.388,00

Total de Gastos Correntes = R\$ 11.157.997,40 – (R\$ 509.456,94 + R\$ 2.423.388,00) = R\$ 8.225.152,46

Considera-se também a média anual da matrícula, sendo: matrículas do 1º semestre, 1259 alunos mais as matrículas do 2º semestre de 2006, 1319 alunos, dividido por 2.

Indicador =
$$\frac{\text{R\$ 8.225.152,46}}{1289} = \text{R\$ 6.381,04 por aluno matriculado}$$

Análise Item 8 - Ainda não dispomos de um parâmetro institucional sobre essa base de cálculo para uma melhor orientação de racionalização de recursos tipo “gasto corrente Por aluno”. No entanto, consideramos o valor acima calculado como elevado indicando que os gastos com pessoal ativo é que faz esse indicador ficar acima do desejado. Para melhorar esse indicador, estabelecemos como meta para o PDI do CEFET, o valor de R\$5.000,00.

Para melhorar o planejamento do custo aluno, sugerimos a inclusão do indicador “gasto Custeio + Investimento e Inversão financeira Por aluno”, como forma de comparação e formulação do custo/benefício por aluno matriculado. Dessa forma, em 2006, esse indicador seria o valor de R\$1.602.780,43 (outros custeios) + R\$509.456,94 (Investimentos + Inversões Financeiras) que somaram R\$2.112.237,37. Esse montante dividido por 1.289 alunos matriculados (média dos dois semestres) representa em torno de R\$1.639,00 por aluno matriculado. Esse valor, comparado com o de 2005, que foi de R\$1.491,40, representa um incremento de em torno de 10%. No entanto, vale lembrar que em 2006, a matrícula aumentou, dois novos cursos superiores foram implantados, o projeto PROEJA foi iniciado e, a partir do 2º Semestre, após o mês de agosto, mais 22 professores efetivos foram contratados. Além disso, todas as despesas correntes que demandam recursos de custeio (despesas

correntes, manutenção de bens permanentes e serviços) cresceram em percentuais acima da inflação oficial. Mas, mesmo com esses ganhos apontados, esse valor pode ser reduzido significando melhor gerência dos recursos sem prejuízo da qualidade do ensino. No PDI (2007-2011) a meta estabelecida ficou em R\$1.000,00 por aluno matriculado.

9. PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL

9.3 - Definição:

Quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais.

9.4 –Tipo de Indicador: Indicador de Economicidade.

9.5 - Método de Cálculo:

$$\text{Percentual (\%)} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$$

Onde: Gastos com pessoais ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios.

Total de Gastos com Pessoal = R\$ 8.753.366,03

$$\text{Percentual (\%)} = \frac{\text{R\$ 8.753.366,03}}{\text{R\$ 11.157.997,40}} \times 100 = 78,44\%$$

10. Percentual de Gastos com outros Custeios (exclusive Benefícios)

10.1 - Definição:

Quantificar o percentual de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais.

10.2 – Tipo de Indicador: Indicador de Economicidade

10.3 - Método de Cálculo:

$$\text{Percentual (\%)} = \frac{\text{Gastos c/ outros Custeios – (benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras)}}{\text{Gastos Totais}}$$

Onde: Gastos com outros custeios = Gastos totais menos benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras.

Total de gastos com outros custeios = R\$ 1.600.056,33

Percentual (%) = $\frac{\text{R\$ 1.600.056,33}}{\text{R\$ 11.157.997,40}} \times 100 = 14,34 \%$

R\$ 11.157.997,40

ANÁLISE ÍTEM 10 - O valor de 18.0% calculado para “outros custeios” é considerado aquém das necessidades reais da escola. O que realmente tem sofrido incrementos de despesas são os gastos fixos de insumos indispensáveis, como energia, telefone, link Internet, pessoal terceirizado, etc. Esse valor deveria subir para, pelo menos, 22%. Para tal, como os gastos com pessoal (que podem parecer elevados) dependem da política do governo para seu pessoal e dos direitos dos servidores e independe da capacidade de gerência interna do CEFET, a solução seria conseguir

autorização dos órgãos competentes para ampliar os recursos de “outros custeios” para a escola.

11. Percentual de Gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais)

11.1 - Definição:

Quantificar o percentual dos gastos em investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais.

11.2 - Método de Cálculo:

Percentual (%) = Total de Gastos c/ Despesa de Investimentos e Inv. Financeiras

Gastos Totais

Onde: Total de gastos com despesas de Investimentos e Inversões Financeiras =
R\$ 509.456,94

$$\text{Percentual (\%)} = \frac{\text{R\$ 509.456,94}}{\text{R\$ 11.157.997,40}} \times 100 = 4,57$$

ANÁLISE ÍTEM 11 – Na verdade esse valor de 5,7%, para o ano de 2006, sofre forte influência dos recursos extra orçamentários aplicados e advindos do convênio com o PROEP e de descentralizações no final do ano por parte da SETEC. É urgente ampliar, nos orçamentos anuais normais os recursos de investimentos. Como meta, sugerimos o percentual de 12% para esse indicador, dando assim maior facilidade de planejamento e execução de melhorias previstas no PDI da escola.

12 . Percentual de Gastos com Benefícios e PASEP

12.1 - Definição:

Quantificar o percentual de gastos com benefícios para servidores e PASEP

12.2– Método de Cálculo:

Total de Gastos com Benefícios e PASEP

Total de Gastos

Onde Total de Gastos com Benefícios e PASEP = R\$295.118,10

$$\text{Percentual (\%)} = \frac{295.118,10}{11.157.997,40} \times 100 = 2,65$$

13 . Número de Alunos Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Per Capita Familiar (Determinação do TCU).

13.1 – Definição:

Auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

13.2 - Tipo de Indicador – Indicador sócio-econômico

Tabela XVII - Renda Per Capita Familiar dos alunos matriculados no CEFET Rio Verde, no segundo semestre de 2006

Alunos Matriculados	Renda per Capita Familiar (%)			
	< 0,5 SM	1 à 2 SM	2 à 3 SM	> 3 SM
1319	12%	47%	25%	16%

Legenda: SM = Salário Mínimo.

Análise Tabela XVII – Os percentuais de Renda Per Capita Familiar apresentados representam de forma afirmativa que o atendimento do CEFET Rio Verde se dá, majoritariamente, para alunos advindos de famílias de baixa renda.

14. OUTROS INDICADORES DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

14.1. Tipo de Indicadores – Indicadores de desempenho

Tabela XVIII – Quantificação de outras atividades acadêmicas e de apoio ao aluno executadas no ano 2006.

Atividades Acadêmicas/Apoio ao Aluno	Total
Implantação dos cursos superiores de Tecnologia de Produção Animal e em Agronegócio	2
Viagens técnicas com alunos e professores em empresas e eventos técnicos na região	102
Realização de semanas técnicas, incluindo a realização de várias palestras, seminários e oficinas, nos cursos técnicos, com participação da comunidade.	8
Realização da II Semana de Ciência e Tecnologia dos cursos superiores, com execução de várias palestras, apresentação de trabalhos científicos, com participação da comunidade.	1
Participação de professores do CEFET em Congressos e Seminários, com apresentação de trabalhos científicos produzidos na escola.	23

Eventos esportivos envolvendo toda a comunidade	3
Palestras técnicas envolvendo todos os cursos	19
Apresentação de seminários de alunos	7
Desenvolvimento de trabalhos de pesquisas envolvendo alunos e professores dos cursos superiores	16
Realização de reuniões pedagógicas de diretores, coordenadores de cursos e docentes.	23
Realização de vestibular	1
Realização de Exame de Seleção	2
Realização de concurso público para professores efetivos	1
Realização de concurso público para professores substitutos	2
Atendimento e orientação para estágios dos alunos	834
Visitas aos alunos estagiários em empresas da região	32
Atendimento de alunos residentes	62
Atendimento odontológico preventivo e emergencial aos alunos e servidores	156
Atendimento médico preventivo e emergencial aos alunos e servidores	262
Atendimento de serviço social aos alunos	130
Atendimento de serviço de enfermagem e ambulatorial aos alunos	548
Encaminhamento de alunos para o Hospital Regional	12
Fornecimento de refeições aos alunos	72.000

Responsável – Prof. Gilberto José de Faria Queiroz – Vice Diretor Geral
– CPF: 329.236.946.00

5- RECURSOS DISPONÍVEIS

5.1. SUPRIMENTO DE FUNDOS ROTATIVOS

Ao longo do exercício em questão foram abertos 20 (vinte) processos de concessão de suprimento de fundos, dos quais resultou a aplicação de R\$ 18.296,30 (dezoito mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta centavos) sendo que do valor acima R\$ 4.400,39 (quatro mil e quatrocentos reais e trinta e nove centavos) não teve aplicação através de cartão de crédito.

Todos foram comprovados nos termos da legislação vigente e aprovados pelo Ordenador de Despesas, com algumas restrições que provocaram a advertência verbal aos supridos principalmente com relação ao cumprimento de prazos.

5.2. GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

Dos processos de suprimento de fundos acima referidos, resultou uma aplicação no total de 13.895,91 (treze mil, oitocentos e noventa e cinco reais e noventa e um centavos), com saque da importância de 4.588,00 (quatro mil e quinhentos e oitenta e oito reais) e 9.307,91 (nove mil e trezentos e sete reais e noventa e um centavos) com faturas.

SÉRIE HISTÓRICA

6 . RECURSOS REALIZÁVEIS

6.1. RECURSOS A RECEBER

Registra-se sob este título apenas os recursos especiais a receber constante no Balanço Financeiro que compõe esta prestação de contas.

Não há inscrição de diversos responsáveis, conforme se pode constatar no SIAFI.

7 . RECURSOS EXIGÍVEIS

7.1. RESTOS A PAGAR

A inscrição nesta conta foi feita nos valores demonstrados no Balanço Financeiro que integra este processo, com inscrição sob a forma de processados e não-processados.

7.2. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Encontram-se demonstradas no Balanço Financeiro referem-se a despesa com pessoal e encargos.

8. GESTÃO PATRIMONIAL

Foram procedidos os inventários patrimoniais de bens móveis, imóveis, semoventes e de estoque no Almojarifado.

Os mesmos, realizados por Comissões designadas especialmente para tais fins, foram elaborados com observância da legislação pertinente e registram a regular situação dos bens patrimoniais deste órgão.

Os controles são satisfatórios e feitos de acordo com o que determina a legislação.

Os quantitativos dos bens patrimoniais são adequados para o desempenho das atividades da Instituição e a atualização tecnológica dos equipamentos vem sendo feita, principalmente através de convênios celebrados com órgãos do Ministério da Educação.

9. GESTÃO DE PESSOAS

9.1 – AÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

9.1.1 – CAPACITAÇÃO

Foram realizadas algumas capacitações de servidores nas áreas de licitações e compras, contabilidade, execução orçamentária e financeira e sistema de informação gerencial.

Através da ação 6358 – Capacitação de Docentes, foram viabilizadas várias participações em seminários, simpósios e cursos de pequenas duração de dezessete docentes.

Foi ainda realizado através do convênio n.º 133/98-PROEP um curso do planejamento didático pedagógico, com carga horária de 132h, que atendeu a 45 docentes.

9.1.2. BENEFÍCIOS

Os servidores foram atendidos com auxílio alimentação, vale-transporte e assistência pré-escolar.

9.1.3. VIAGENS COM INÍCIO EM FERIADOS E FINAIS DE SEMANA (EXC. DOMINGO)

Nome do Servidor	Processo	Período de Afastamento	Localidade	Objeto	Valor Pago	Resultado
Aildo Pereira da Silva	23000.092009/2006-38	02 a 03.06.2006	Goiânia - GO	Conduzir servidores a serviço deste CEFET.	139,13	Bom
Aildo Pereira da Silva	23000.092009/2006-38	10.06.2006	Goiânia - GO	Conduzir veículos conduzindo alunos da Escola Dunga Ensino Especial Associação Pestalozzi.	48,69	Bom
Aildo Pereira da Silva	23000.092009/2006-38	10 e 11.11.2006	Goiânia - GO	Conduzir professor e alunos para visita técnica.	90,44	Bom
Aildo Pereira da Silva	23000.092009/2006-38	08.12.2006	Brasília - DF	Conduzir veículo transportando servidores da SETEC.	47,48	Bom Bom
Aildo Pereira da Silva	23000.092009/2006-38	16 a 17.12.2006	Goiânia - GO	Conduzir veículo transportando Peritos da Polícia Civil de Goiânia para o CEFET-RV.	146,07	
Anísio Corrêa da Rocha	23000.092054/2006-92	22 a 29.07.2006	Aracaju - SE	Participar da XVI Reunião Brasileira de manejo e conservação do solo e da água.	902,48	Bom
Claudecir Gonçalves	23000.092487/2006-48	08 a 09.12.2006	Goiânia - GO	Reunião no CEFET - Goiânia e participar da formatura em Hidrolândia.	169,50	Bom
Flávia Nascimento de Souza Oliveira	23000.092224/2006-39	28 e 29.04.2006	Goiânia - GO	Participação na Feira Internacional de Comércio "Ficomex".	167,46	Bom
Geraldo Honório Fabiano	23000.092038/2006-08	11.03.2006	Goiânia - GO	Conduzir veículo transportando Diretor a serviço deste CEFET-RV.	42,96	Bom
Geraldo Honório Fabiano	23000.092038/2006-08	28 a 29.04.2006	Goiânia - GO	Conduzir professores e alunos a serviço deste CEFET.	140,34	Bom
Geraldo Honório Fabiano	23000.092038/2006-08	06.05.2006	Goiânia - GO	Transporte de aparelho de teodolito para revisão do foco de imagem e da bolha tórica na empresa SICORD.	48,69	Bom
Geraldo Honório Fabiano	23000.092038/2006-08	24.06.2006	Goiânia - GO	Conduzir veículo transportando alunos em viagem técnica.	48,69	Bom

Nome do Servidor	Processo	Período de Afastamento	Localidade	Objeto	Valor Pago	Resultado
Geraldo Honório Fabiano	23000.092038/2006-08	18.11.2006	Goiânia – GO	Conduzir em retorno professores que participaram de curso naquela capital.	48,69	Bom
Geraldo José Cabral	23000.092592/2006-87	25.11.2006	Uberlândia - GO	Conduzir em retorno professores que participavam de Simpósio naquela cidade.	42,96	Bom
Hipólito Tadeu Ferreira da Silva	23000.092279/2006-49	24.06.2006	Goiânia – GO	Visita Técnica com 25 alunos do curso técnico em alimentos à Itambé Laticínios - Unidade Goiânia.	58,41	Bom
Ionária Rodrigues Costa	23000.092464/2006-33	02.12.2006	Itarumã – GO	Divulgar o curso técnico em agricultura, modalidade de ensino a distância (Ensino Supletivo).	42,96	Bom
Ipojucan de Goiás Brasil	23000.092063/2006-83	17 a 18.02.2006	Goiânia – GO	Participação, como aluno, do curso de doutorado na Escola de Veterinária da UFG.	169,50	Bom
José Pereira da Silva Neto	23000.092463/2006-93	02.12.2006	Itarumã – GO	Divulgar o curso técnico em agricultura, modalidade de ensino a distância (Ensino Supletivo).	51,54	Bom
Juarez Martins Rodrigues	23000.092486/2006-01	24 a 26.11.2006	Goiânia – GO	Participar do 12º Simpósio Ambientalista do Cerrado e da II Feira Estadual de Economia Solidária/Goiânia.	344,77	Bom
Luiz Antônio Silva Menezes	23000.092212/2006-12	08 e 09.06.2006	Goiânia – GO	Participar do curso de aperfeiçoamento a nível de doutorado na UFG.	163,77	Bom
João das Graças Santana	23000.092316/2006-19	16 a 23.09.2006	Cabo Frio – RJ	Participar do XIX Congresso Brasileiro de Fruticultura.	799,43	Bom
Valcesa Gusatti Rosa	23000.092225/2006-83	28 a 29.04.2006	Goiânia – GO	Participação na Feira Internacional de Comércio "Ficomex".	164,42	Bom
Vicente Pereira de Almeida	23000.092018/2006-29	02 a 03.06.2006	Goiânia – GO	Participar de reunião na Câmara Legislativa para discussão de Projetos de interesse deste Cefet.	204,57	Bom
Vicente Pereira de Almeida	23000.092018/2006-29	01 a 02.07.2006	Ceres - GO	Representar o CEFET-RV, na solenidade de Formatura da 1ª Turma Técnica em Meio Ambiente da Escola Agrotécnica Federal de Ceres.	185,57	Bom

9.1.4 – DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Todos os servidores ocupantes de Cargo de Direção — CD e Função Gratificada — FG, apresentaram Declaração de Bens E Rendas referente ao exercício 2006 ano base 2005.

10. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS (CONVÊNIOS E DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS)

TIPO	TERMO INICIAL ADITIVOS	OBJETO DA AVENÇA	PUBLICAÇÃO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL RECEBIDO/TRANSFERIDO NO EXERCÍCIO	BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA
9º Termo Aditivo Convênio 133/98	1052/OC-BR		27/10/2006	260.001,04	366.356,55		Em Execução
	021/2006	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de capacitação		16.128,40		Método Consultoria e Serviços Ltda.	
	038/2006	Fornecimento de Bens		12.220,00		Nova Orgânica Comércio de Materiais para Laboratório Ltda.	
	035/2006	Fornecimento de Bens		11.377,91		Oxicamp Equipamentos Industriais Ltda.	
	036/2006	Fornecimento de Bens		15.400,00		Abaju Comercial e Soluções Ltda.	
	030/2006	Fornecimento de Bens		2.300,00		Marconilab Equipamentos para Laboratório Ltda.	
	032/2006	Fornecimento de Bens		4.350,00		Rosângela Cristina Soto Callegaro	
	031/2006	Fornecimento de Bens		3.200,00		Labmachine Equipamentos Produtos e Materiais para Laboratórios Ltda.	

	034/2006	Fornecimento de Bens		7.698,00		Biosystems Comercial Importadora e Exportadora de Equipamentos para Laboratórios Ltda.	
	037/2006	Fornecimento de Bens		3.200,00		Comercial Angaw Ltda.	
	033/2006	Fornecimento de Bens		1.389,99		Homis Controle e Instrumentação Ltda.	
	039/2006	Fornecimento de Bens		1.200,00		Pedro Henrique Paulino de Freitas	
	029/2006	Fornecimento de Bens		1.301,04		Marte Equipamentos para Laboratórios Ltda.	
	028/2006	Fornecimento de Bens		1.820,00		Labmachine Equipamentos Produtos e Materiais para Laboratórios Ltda.	
	027/2006	Fornecimento de Bens		6.000,00		Marconilab Equipamentos para Laboratório Ltda.	
	025/2006	Fornecimento de Bens		11.823,98		Digifocus Copiadoras e Impressoras Ltda.	
	024/2006	Fornecimento de Bens		1.500,00		New Química Ltda.	
9º Termo Aditivo Convênio 133/98	022/2006	Fornecimento de Bens		29.850,00		Geocenter Comércio de Equipamentos Ópticos Ltda.	
	023/2006	Fornecimento de Bens		1.703,99		Instrutherm Instrumentos de Medição	
	026/2006	Fornecimento de Bens		1.255,99		Centergás Sponchiado Ltda	
	041/206	Fornecimento de Bens		618,99		Elo Tecnologia de Informática Ltda	
	040/2006	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de capacitação		14.274,35		Atitude Empresarial Consultoria Ltda	
	045/2006	Fornecimento de Bens		6.160,00		Maquipe Equipamentos Ltda	
	044/2006	Fornecimento de Bens		788,50		Amluz	
	043/206	Fornecimento de Bens		1.096,00		Abaju Comercial e Soluções Ltda	
	047/2006	Fornecimento de		11.100,00		Mitra Comércio Ltda	

		Bens					
	050/2006	Fornecimento de Bens		2.300,00		Camilo Máquinas Agrícolas Ltda	
	46/2006	Fornecimento de Bens		65.950,00		Apollo Automação Ltda	
	49/2006	Fornecimento de Bens		22.553,90		Mobile Comércio e Indústria de Móveis	
	48/2006			1.440,00		Maquipe Equipamentos Ltda	
Descentralização de Crédito	Sem Informação	Participar de reunião de encerramento de exercício – MEC.		1.388,98	1.404,04	Vânia Luiza Pagliari Cruz	Objetivo e Metas Alcançados
Descentralização de Crédito	Portaria 12/2006 de 30/03/06	Participante do treinamento do sistema SIG.	07/04/06	1.391,14		Tânia Márcia de Freitas Montes	Objetivo e Metas Alcançados
	Portaria 16/2006 de 18/04/06	Capacitação dos servidores das áreas de execução orçamentária e financeira.	25/04/2006	3.042,67		Gilda Suely Oliveira Vânia Luiza Pagliari Cruz	
				4.433,81	4.485,04		
Descentralização de Crédito	Portaria 101 de 11/10/06	Execução de Obras e Reforma de Imóveis.	17/10/06	48.360,01		Araújo Construções	Em execução
		Serviços de Engenharia.		9.850,00		Cristina Maria de Paula	
				58.210,01	62.000,00		
Descentralização de Crédito	Portaria 265 de 14/12/06	Aquisição de microcomputador	14/12/06	99.710,00	99.710,00	Itautec Philco SA	Em execução
Descentralização de Crédito	Portaria 102/2006 de 11/10/06	Execução de Obras e Reforma de imóveis	17/10/06	25.428,01	32.600,00	Araújo Construções	Em execução

Descentralização de Crédito	Portaria 102/2006 de 11/10/06	Execução de Obras e Reforma de imóveis Serviços de Engenharia	17/10/06	33.941,71 5.000,00 38.941,71	43.400,00	Araújo Construções Cristina Maria de Paula	Em execução
Descentralização de Crédito	Portaria 001/2006	Auxílio financeiro a estudantes	Sem Informação	4.700,00	4.700,00	André da Cunha Ribeiro	Objetivo e Metas Alcançados
Descentralização de Crédito	Portaria 248/2006 de 30/11/06	Apoio e Manutenção	13/12/06	53.319,00 24.060,00 22.620,00 99.999,00	99.999,00	Estal CELG ARTSEG Segurança e Vigilância	Em execução
Total				627.562,56	752.634,63		

OBS: Não houve contrapartida

* CÓDIGO SIAFI - 26325

11. CONTRATOS

Foram firmados durante o exercício de 2006 51(cinquenta e um) contratos para aquisição de bens e serviços, de naturezas diversas. Dentre eles relacionamos a seguir os dez contratos de maior valor por modalidade:

11.1 RELAÇÃO DOS MAIORES CONTRATOS FIRMADOS EM 2006

Modalidade	Nº. Contrato	Contratado	Valor (R\$)	Publicação DOU	Natureza Despesa
Pregão	02/2006	Estal Limpeza e Serviços Gerais Ltda CNPJ: 01834555/0001-00	201.768,00	09/02/06	339039
Pregão	46/06	Apollo Automação Ltda CNPJ: 02039990/0001-05	65.950,00	12/12/06	449052
Pregão	09/06	São Paulo Comércio de Derivados de Petróleo Ltda CNPJ: 02382578/0001-85	52.649,30	17/03/06	339030
Pregão	10/06	Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano CNPJ: 02077618/0002-66	52.353,33	30/03/06	3309030
Pregão	20/06	Cereal Com. Exportação e Representações Agropecuárias Ltda. CNPJ: 00012377/0001-60	41.055,66	29/09/06	339030
Pregão	22/06	Geocenter Comércio de Equipamentos Ópticos Eletrônicos CNPJ: 07110365/0001-18	29.850,00	16/11/06	449052
Pregão	49/06	Móbile Com. E Ind. de Móveis e Materiais CNPJ: 07109450/0001-66	22.553,90	13/12/06	449052
Pregão	18/06	Soma Agência de Turismo e Viagens Ltda CNPJ: 37594793/0001-24	19.799,00	28/07/06	339033
Pregão	36/06	Abaju Comercial e Soluções Ltda CNPJ: 02114068/0001-27	15.400,00	01/12/06	449052
Pregão	25/06	Digifocus Copiadoras e Impressoras Ltda CNPJ: 04824222/0001-80	11.824,00	27/11/06	449052
Tomada de Preços	51/2006	Araújo Construções Ltda CNPJ: 03628918/0001-78	151.409,73	28/12/06	339039
Tomada de Preços	01/06	Construlaje Construções e Lajes Pré-Moldadas Ltda CNPJ: 36867893/0001-14	130.285,86	07/02/06	339039
Convite	17/06	Projecom – Projetos e	40.369,55	12/07/06	339039

		Consultoria Ltda CNPJ: 02125168/0001-59			
Convite	40/06	Atitude Empresarial Consultoria Ltda CNPJ: 07593336/0001-54	14.274,35	10/11/06	339039
Convite	21/06	Método Consultoria e Serviços Ltda CNPJ: 04213999/0001-08	16.128,40	01/11/06	339039

12. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Parte dos serviços de conservação e limpeza das instalações físicas desta Repartição e de jardinagem foi realizada com mão-de-obra terceirizada.

Para tal, manteve-se ao longo do ano um contrato de R\$ 201.768,00 (duzentos e um e setecentos e sessenta e oito mil reais).

13. COMPRAS

As aquisições de bens e serviços programadas para o ano aqui referido foram realizadas normalmente, para as quais foram formalizados os processos abaixo:

- a) Pregões Eletrônicos: 32 processos;
- b) Tomada de Preços: 01 processo;
- c) Convites: 03 processos.
- d) Processos abertos para realização com Cotação Eletrônica ou, na impossibilidade dessa, com Dispensa de Licitação: 320 processos;

14. GESTÃO DOS ESTOQUES

Durante o exercício de 2006, o Almojarifado desta Instituição, unidade responsável pelo controle e movimentação de todo o estoque, registrou os valores abaixo:

SALDO ANTERIOR R\$	ENTRADA		SAÍDA		SALDO ATUAL R\$
	ORÇAME NTÁRIA R\$	EXTRA- ORÇAMEN TÁRIA R\$	ORÇAMEN TÁRIA R\$	EXTRA- ORÇAMEN TÁRIA R\$	
102.511,47	475.492,46	533.373,32	476.489,49	533.373,32	101.514,44

O controle foi feito por processo on-line, registrando-se as variações de acordo com as determinações legais.

A movimentação do estoque obedeceu à legislação vigente e ocorreu dentro da normalidade.

15. ANEXO VIII – PLANO DE PROVIDÊNCIAS(RELATÓRIO DE AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO nº. 175220)

PLANO DE PROVIDÊNCIAS

Unidade Examinada: Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde/GO.

Relatório nº.: 175220.

1. Item 5.1.1.1 do Relatório de Auditoria: CONSTATAÇÃO (027)

Falhas na Utilização e Formalização dos Processos de Suprimento de Fundos.

1.1. Recomendação:

Face às argumentações apresentadas, recomendamos ao CEFET-RV que examine com maior rigor os procedimentos de execução de despesas por suprimento de fundos, nas situações em que consideramos não passíveis de serem acatadas.

1.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(Assinale abaixo o nº. correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

1.3. Providências a serem Implementadas

➤ No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Tanto concordamos com maior rigor no exame de procedimentos de execução de despesas por suprimento de fundos, que já corrigimos as quatro situações consideradas não possíveis de serem acatadas. São elas:

a) As DAREs , conforme se verifica nas cópias de cupons em anexo, estão sendo pagas por meio eletrônico.

b) Nas concessões de suprimento de fundos constam período de aplicação e data para comprovação (vide cópia anexa).

c) A liberação de suprimento de fundos no valor de R\$ 4.600,00 (embora tenha sido aplicado valor inferior a R\$ 4.000,00), constada pela Auditoria, foi episódio único, não mais se repetindo.

d) Falhas no preenchimento da proposta de concessão de SF, foram corrigidas (vide cópia em anexo).

1.4. Prazo limite de implementação: ___/___/_____. Já implementado.

1.5. Atendimento integral.

2. Item 7.1.2.2 do Relatório de Auditoria: CONSTATAÇÃO (071):

Servidor com acúmulo de vínculo empregatício.

2.1. Recomendação:

O servidor deverá efetuar o devido ressarcimento relativo ao período em que a sua situação esteve irregular.

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação **(Assinale abaixo o nº. correspondente ao posicionamento)**

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

2.3 Providências a serem Implementadas

➤ No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Estão sendo levantados os valores recebidos pelo Professor Jefferson, durante período do acúmulo de DE (Dedicação Exclusiva) com outro emprego na Prefeitura municipal de Rio Verde, após o que serão submetidos á apreciação da Procuradoria Jurídica para se pronunciar sobre o ressarcimento e sua forma, se em uma ou mais parcelas conforme dispuser a legislação.

2.4 Prazo limite de implementação ____ / ____ / ____.
Prejudicado.

2.5 A solicitação de ressarcimento da importância considerada como indevidamente recebida, foi encaminhada ao CEFET- Goiás, para onde o servidor em questão foi redistribuído, para que lá tenha prosseguimento.

3 Item 7.2.3.2 do Relatório de Auditoria: **CONSTATAÇÃO:**
(069)

Falta de implantação das medidas corretivas indicadas em laudo pericial de insalubridade e periculosidade.

3.1 Recomendação:

Recomendamos ao Órgão Auditado dar continuidade à adoção das medidas corretivas a fim de que sejam diminuídos ou cessados os riscos de cada local e tipos de trabalhos considerados insalubres. Recomendamos ainda, tendo em vista que o laudo pericial deve ser renovado a cada ano, a comprovação da eliminação do pagamento dos adicionais para os casos em que os riscos reduziram ou foram eliminados.

3.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº. correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

3.3 Providências a serem Implementadas

➤ No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Das medidas corretivas indicadas em laudos de insalubridade e periculosidade, as de custos menores, como aquisição de EPIs, estão sendo atendidas. As de custos maiores, como a substituição de todos os móveis e cadeiras comuns por móveis e cadeiras ergonomicamente corretas, certamente levará ainda algum tempo por falta de recursos

orçamentários. Não temos condição sequer de prever um prazo limite para implementação.

3.4 Prazo limite de implementação ____ / ____ / ____.
Prejudicado.

3.5 Continuam sendo adquiridos EPIs para uso dos servidores, toda via como já descrito acima, levará algum tempo o atendimento total, por falta de recursos financeiros.

4 Item 7.4.2.1 do Relatório de Auditoria: **CONSTATAÇÃO:**
(057)

Falta de envio de processo de concessão de pensão ao Órgão de Controle Interno.

4.1 Recomendação:

Apesar da Instituição não ter se manifestado, recomendamos para que seja observado com maior rigor os prazos estipulados na IN/TCU nº. 44/2003 e que o referido processo seja de imediato encaminhado.

4.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação **(Assinale abaixo o nº. correspondente ao posicionamento)**

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

4.3 Providências a serem Implementadas

➤ No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Determinamos à Coordenação Geral de Recursos Humanos a imediata remessa do processo Nº. 23000.092684/2005-86 à essa CGU bem como o cumprimento dos prazos legais em todos os atos praticados.

4.4 Prazo limite de implementação ____ / ____ / ____.
Imediato.

4.5 Atendimento total.

5 Item 7.5.1.1 do Relatório de Auditoria: **CONSTATAÇÃO:**
(079)

Não cumprimento de prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar.

5.1 Recomendação:

Apesar do gestor não ter se manifestado, recomendamos que seja observado, com maior rigor, os prazos estabelecidos na legislação.

5.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação **(Assinale abaixo o nº. correspondente ao posicionamento)**

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

5.3 Providências a serem Implementadas

➤ No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

A abertura de processo administrativo disciplinar acontece, felizmente, muito raramente nesta Instituição. Todavia, quando ocorrer novamente estaremos zelando pelo cumprimento dos prazos, pois esperamos ter pessoal preparado para conduzir o processo e não termos de recorrer a servidores de outros órgãos como foi no processo em questão.

5.4 Prazo limite de implementação: _____ / _____ / _____.
Prejudicado

5.5 Posição já descrita acima.

6 Item 8.1.3.1 do Relatório de Auditoria: **CONSTATAÇÃO:**
(035)

Fracionamento de Despesas na Aquisição de Cereais e Produtos Hortigranjeiros.

6.1 Recomendação:

Recomendamos, para as aquisições de produtos hortifrutigranjeiros, caso haja recusa dos fornecedores em firmar contrato para entrega por prazo determinado, que os Gestores optem, após as devidas justificativas, pela dispensa de licitação, com base no Art. 24, Inc. V, da Lei nº. 8.666/93, o qual autoriza a compra direta, quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida, sem prejuízo, para a Administração. Para a aquisição de alimentos, frente aos quais não haja recusa do mercado, quanto ao fornecimento por prazo estipulado, caso dos cereais, carnes, açúcar, café, etc., deve-se proceder à licitação para a entrega parcelada.

6.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação **(Assinale abaixo o nº. correspondente ao posicionamento)**

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3)
Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

6.3 Providências a serem Implementadas

➤ No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

As aquisições de produtos hortifrutigranjeiros, a partir deste momento estarão passando, invariavelmente, por processos licitatórios.

6.4 Prazo limite de implementação: **18 /09 / 2006.**

6.5 A partir de 18/09/2006 os gêneros acima referidos foram adquiridos com processos de cotação eletrônica, **quando não se conseguiu licitá-los por outras modalidades.**

7 Item 8.2.3.1 do Relatório de Auditoria: **CONSTATAÇÃO:**
(040)

Ausência de Designação Formal de Servidores para Acompanhamento e Fiscalização de Contratos.

7.1 Recomendação:

Recomendamos, em conformidade com o Art. 67 da Lei nº. 8.666/93 e o Princípio da Segregação de Funções a designação imediata de servidores para acompanharem e fiscalizarem os contratos elencados, em vigor na Unidade.

7.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação **(Assinale abaixo o nº. correspondente ao posicionamento)**

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

7.3 Providências a serem Implementadas

➤ No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Foi designado fiscal para todo contrato que ainda não o tinha.

7.4 Prazo limite de implementação: 18 /09 /2006

7.5 Atendimento total.

8 Item 8.2.4.1 do Relatório de Auditoria: **CONSTATAÇÃO:**
(041)

Contrato com Prazo de Vigência Indeterminado.

8.1 Recomendação:

Recomendamos à Unidade, em conformidade com o Art. 57, e Art.60, Parágrafo Único da Lei nº. 8.666/93, a correção da impropriedade por meio de termo aditivo relativo ao contrato em pauta.

8.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação **(Assinale abaixo o nº. correspondente ao posicionamento)**

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

8.3 Providências a serem Implementadas

➤ No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Ao recebermos a recomendação para que se procedesse a correção do Contrato Nº. 11/2005 referente a aquisição de GLP, através de Termo Aditivo estipulando sua data de vigência, o referido contrato já não mais existia.

Isto porque, na afã de solucionar o problema, realizamos o pregão eletrônico Nº. 06/2006, cuja conclusão deu-se às 9h do dia 10.05.06, infelizmente deserto. Repetimos através de pregão eletrônico N.º 10/2006, concluído em 31/05/2006 que nos proporcionou firmar um novo contrato para aquisição de GLP, dessa vez com a empresa SERVEGÁS COM. DE GÁS LIQ. DE PETROLEO SECOS E MOLHADOS LTDA, com vigência da data de assinatura até 31/12/2006.

**8.4 Prazo limite de implementação: ____ / ____ / ____.
Já implementado.**

8.5 Atendimento total.

**9 Item 9.1.2.1 do Relatório de Auditoria: CONSTATAÇÃO:
(003)**

Atendimento parcial às recomendações da CGU.

9.1 Recomendação:

Recomendamos ao CEFET-RV:

a) concluir a correção do procedimento de disponibilização de senhas de acesso à rede local;

b) proceder com maior critério à conformidade documental;

- c) maior controle das despesas executadas por meio de suprimento de fundos;
- d) emissão de notas fiscais na venda de produtos pela cooperativa;
- e) a destinação dos bens adquiridos e ainda não utilizados;
- f) informar a CGU-GO sobre o pronunciamento do MEC quanto ao fato do dirigente ordenar despesas e ratificar as dispensas de licitação.

9.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação **(Assinale abaixo o nº. correspondente ao posicionamento)**

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

9.3 Providências a serem Implementadas

➤ No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

a) foram criadas normas internas (cópia anexa) para utilização de correio eletrônico, internet e rede local, que se encontram ainda em fase experimental.

b) Foram designados novos responsáveis pela conformidade documental, com recomendação para manter o maior critério possível sobre ela.

c) Foram treinadas as responsáveis pela SEOF e pela Contabilidade, para procederem maior controle sobre suprimento de fundos.

d) Estão sendo emitidas notas fiscais avulsas dos produtos comercializados (cópia anexo).

e) Dos bens adquiridos conforme foram relacionados, apenas o espectrofotômetro de chamas ainda não foi instalado. Estamos envidando esforços para instalá-lo no prazo abaixo.

f) Pelo OF/DAP/ CEFETRV/SETE/MEC/Nº. 0152, de 12/09/2006, de (cópia anexa), reiteramos à SETEC/MEC solução para o fato do dirigente máximo da Instituição ordenar despesas e ratificar dispensa de licitação. Continuamos aguardando resposta.

9.4 Prazo limite de implementação: Esperamos resolver as pendências até 31 /12 /2006.

9.5 Atendimento em fase final de implantação.

10 Item 9.2.2.1 do Relatório de Auditoria: CONSTATAÇÃO: (015)

Ausência de documentos de habilitação de servidores cadastrados no sistema CAUC.

10.1 Recomendação:

Recomendamos à Autarquia que adote as providências no sentido de desabilitar os servidores do referido perfil, outrossim, que apresente os documentos que deram origem às mencionadas habilitações.

10.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação **(Assinale abaixo o nº. correspondente ao posicionamento)**

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

10.3 Providências a serem Implementadas

➤ No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da

recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Todos os servidores que figuravam no Sistema CAUC como cadastrados, foram desabilitados (comprovante em anexo).

10.4 Prazo limite de implementação ____ / ____ / ____.

Já está implementado.

10.5 Atendimento total.

16. APURAÇÃO DE DENUNCIAS RECEBIDAS

Durante o exercício de 2006 não se instaurou nenhum processo desta natureza.

17. RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Pelo acórdão número 885/2006 - TCU Plenário, essa egrégia corte de constas recomendou a implementação de efetivo controle de freqüência de servidores.

Providencias neste sentido foram solicitadas às chefias de unidades.

18. RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - ITEM 7 DO ANEXO V DA DN-TCU/81/2006.

Não houve ao longo do exercício aqui referido qualquer procedimento que exigisse tal medida.

19. ITENS APLICÁVEIS À NATUREZA JURÍDICAS DA UJ, SEM INFORMAÇÕES A REALATAR:

19.1 CONTROLE DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

19.2 PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.

19.3 PROJETOS DE INSTITUIÇÃO BENFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL.

19.4 DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS.

19.5 TOMADAS DE CONSTAS ESPECIAIS.

19.6 DEMONSTRATIVO DE OCORRÊNCIAS DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES.

20. CONCLUSÃO

Tendo em vista que os objetivos e metas programados por esta Instituição para o exercício de 2006 atingiram um bom índice de execução e, considerando os termos e indicadores do presente relatório, entendemos como positiva a gestão no exercício a que estas contas se referem.

Rio Verde – GO, 23 de fevereiro de 2007.

Vicente Pereira de Almeida
Diretor Geral do CEFET – Rio Verde